



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 14 de  
fevereiro de 2014

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º. Ponto – Proposta de Admissão de Pessoal

1.1 – Assistentes Operacionais (18) / Piscinas Recreativas Municipais

1.2 – Assistentes Operacionais-Nadadores Salvadores (7) / Piscinas Recreativas Municipais

1.3 – Assistente Operacional (1) / Serviço de Cemitério

1.4 – Assistentes Operacionais (5) / Serviço de Higiene e Limpeza

1.5 – Assistentes Operacionais-motoristas (4) / Serviço de Frota

1.6 – Técnico Superior-Coordenador (1) / Oficina da Criança

2º. Ponto – QREN – Empréstimos – Quadro

3º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos desta sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os presentes.

De seguida, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Celeste de Jesus General Leirias, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Silvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina S. dos Ramos Anjinho Ferro, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ausentes desta sessão os Srs. Augusto Francisco Rebotim Pascoal e Dário Miguel Tregeira Coelho, tendo sido apresentadas as respetivas justificações. Também não participou nesta sessão o Sr. Orlando Manuel Beldroega, Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, sendo substituído pelo Sr. Rui Campo, Secretário, da mesma entidade.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dr<sup>a</sup>. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Voltou a usar da palavra a Sra. Presidente da Assembleia, colocando à consideração dos eleitos, uma proposta de alteração à ordem de trabalhos, que constaria da introdução como primeiro ponto a tomada de posse do Representante do Ministério Público no Conselho Municipal de Segurança, que não pode comparecer na última sessão, onde decorreu a tomada de posse dos restantes elementos.

Como não foi manifestada qualquer objeção, foi então decidido que seria introduzida a alteração à ordem de trabalhos.

De seguida foi colocada à votação a proposta de ata da sessão anterior, tendo sido colocadas propostas de alteração pelo eleito Joaquim Galvão e pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, tendo a Sra. Presidente da Assembleia solicitado que as mesmas fossem enviadas por escrito.

Logo após, foi colocada à votação a referida proposta de ata, sendo aprovada por unanimidade, com a introdução das alterações solicitadas.

No que respeita à proposta de ata da sessão de treze de setembro de dois mil e treze, a Sra. Presidente da Assembleia informou que foi enviada uma proposta de ata a todos os eleitos no anterior mandato, para que, no prazo de quinze dias, pudessem apresentar as suas propostas de alteração. Neste momento está ainda a decorrer esse mesmo prazo.

Sobre este assunto, pediu a palavra o eleito Joaquim Galvão, confirmando a receção da referida proposta de ata e salientando que não concorda que a mesma tenha sido enviada a eleitos do anterior mandato, uma vez que esta terá ser votada pelos atuais eleitos na Assembleia. Mais solicitou que, para que possa elaborar as suas propostas de alteração, no prazo indicado, lhe seja enviada cópia da gravação.

Ainda sobre a mesma questão, interveio, de seguida, o eleito José Grulha, recordando que o que terá ficado decidido na sessão de treze de setembro foi que os eleitos, em caso de dúvidas, deveriam dirigir-se aos serviços da Assembleia Municipal, para que pudessem ouvir a gravação.

Interveio de novo o eleito Joaquim Galvão, solicitando novamente que seja enviada a todos os grupos partidários representados na Assembleia, a cópia da gravação, no sentido de que os atuais eleitos possam ouvir e decidir sobre o seu sentido de voto.

Interveio de seguida a eleita Sónia Ramos, cumprimentando os presentes e também solicitando o envio da cópia da gravação, dado que não pôde comparecer à mesma.

Em resposta aos pedidos formulados, a Sra. Presidente da Assembleia afirmou que terá que verificar se estará prevista esta situação no atual regimento.

Procedeu-se de seguida, à tomada de posse do representante do Ministério Público, no Conselho Municipal de Segurança (Dr. Amândio José da Costa Amaral).

Interveio de seguida o eleito António Danado para apresentar, em nome dos eleitos pela CDU, uma Saudação sobre as Freguesias e o Poder Local, a qual se transcreve de seguida:

*“Num momento em que o poder local foi fortemente atacado através de cortes nas transferências de verbas, e através de limitações à sua ação impostas pela legislação recentemente aprovada, como seja, as Leis 73/2013 e 75/2013, as Freguesias*

reuniram-se em Congresso, em Aveiro, nos passados dias 31 de janeiro, 1 e 2 de fevereiro de 2014.

O resultado do congresso, para além da eleição dos novos órgãos sociais da ANAFRE, veio confirmar aquilo que temos vindo a defender nesta Assembleia Municipal, ou seja, que as Leis aprovadas durante o anterior mandato autárquico em nada valorizaram o poder local democrático e em nada beneficiaram as populações.

De ressaltar as conclusões, que anexamos, e que exigem a revogação das Leis 73 e 75/2013 (Lei das Finanças Locais e Lei das competências), e continuam a recusar a imposição da agregação a que as freguesias foram sujeitas.

É, por isso, também, essencial, manter a luta nesse sentido, devendo para tal serem criadas dinâmicas, também aqui em Montemor-o-Novo para que as Freguesias extintas sejam devolvidas ao Povo, assumindo, dessa forma a necessidade de criação das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo, Silveiras, Cortiçadas de Lavre e Lavre, com autonomia política, administrativa e financeira.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida em 14 de Fevereiro de 2014, quer, por isso, deixar uma forte saudação a todos os eleitos do poder local que não deixaram cair os braços e ainda não se renderam nesta luta em defesa das suas populações e do poder local democrático.

Saudar também a ANAFRE e os seus órgãos sociais recém eleitos, reafirmando todo o apoio a iniciativas que sejam desenvolvidas no sentido da recuperação das freguesias perdidas e para que os princípios de Abril sejam integralmente respeitados”

Para se pronunciar acerca do documento apresentado, pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho, cumprimentando os presentes e afirmando que a bancada do PS irá votar favoravelmente esta saudação. Acrescentou ainda que, na sua opinião é ainda necessário que haja uma nova Lei das Finanças Locais e uma Reforma Administrativa.

Pediu a palavra, mais uma vez, o eleito António Danado, para referir que as conclusões do XVI Congresso da ANAFRE, recentemente realizado, são para além da necessidade de revogação das Leis nº.73 e 75 de 2013, também as questões referidas pelo eleito do PS.

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia colocou a votação a saudação apresentada.

**Deliberação:** Aprovada por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis dos eleitos da CDU e do PS e duas abstenções por parte dos eleitos do PSD e CDS.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra o eleito António Xavier para colocar duas questões distintas, a primeira para informar que terá tido conhecimento que a Escola de Teatro de São Paulo estará interessada em estabelecer um protocolo de parceria com o Município, disponibilizando-se, também ele, para participar.

De seguida, referiu ter recebido uma reclamação por parte dos moradores no condomínio onde se encontra instalada a Climor relacionada com a questão do parque de estacionamento. Neste momento, o referido parque é destinado apenas aos utentes da referida Clínica e os moradores discordam dessa situação.

Pediu para intervir de seguida a eleita Sónia Ramos, alertando o executivo camarário, para o estado de degradação do edifício onde funciona o Jardim de Infância nº2, uma vez que há dias atrás ocorreu um incidente em que ruiu parte do teto de uma das salas, devido ao mau tempo. Referiu ainda ter sido informada pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, na sessão de Assembleia Municipal que decorreu em dezembro de

dois mil e treze, que a obra do novo Centro Escolar iria ser retomada em Janeiro do corrente ano e segundo lhe parece continuará parada. Demonstra por isso grande preocupação, dado que as crianças que frequentam o jardim-de-infância n.º 2 transitarão para o referido espaço, após a sua conclusão.

Ainda sobre o mesmo assunto, pediu a palavra o eleito António Danado revelando também preocupação com a situação ocorrida e informando que de imediato os funcionários e eleitos da União de Freguesias que preside, se dirigiram ao local, assim como os funcionários e eleitos do Município também se deslocaram ao local, onde foram colocados ao dispor todos os meios necessários, verificando que terá sido o vento forte que fez levantar algumas telhas e danificado parte do teto falso. Informou ainda que as crianças estiveram instaladas temporariamente no ATL Saber Crescer, de modo a possibilitar a intervenção possível.

Pediu a palavra a Sra. Presidente da Câmara, cumprimentando todos os presentes e em resposta à questão colocada pelo Sr. António Xavier, informou que o parque de estacionamento junto à Climor foi criado no sentido de responder às dificuldades sentidas pelos doentes (com dificuldades motoras e outras) que ali se deslocavam temporariamente, dado que o passeio junto ao edifício não foi criado com características para poder suportar o estacionamento permanente de veículos.

No que respeita à obra do Centro Escolar, esta foi retomada no prazo previsto prevendo-se a sua conclusão entre Junho e Julho deste ano.

Interveio de seguida o eleito Manuel Coelho para se referir à proposta de ata da reunião realizada em setembro de 2013, dado que na sua opinião, algumas das intervenções realizadas foram omitidas relativamente aos trabalhos em curso, na obra de reparação em algumas ruas do Ciborro. Questionou de seguida o executivo, sobre quais as razões que levaram a que fossem apresentados Autos com valores tão elevados no que respeita a erros e omissões naquelas obras, salientando que os técnicos têm de ser responsabilizados. Afirmou ainda que deve ser feita uma melhor gestão dos dinheiros públicos.

Acerca deste assunto, pediu a palavra a eleita Helena Sabino, Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, afirmando também que os projetos deverão ser melhorados, dando como exemplo, a Rua da Barragem, executada recentemente, em que já tiveram de ser feitas alterações a nível de escoamento, devido ao deficiente funcionamento.

Em resposta a esta questão, a Sra. Presidente da Câmara informou os presentes que já foram aprovados em reunião de câmara os Autos referentes a Erros e Omissões.

Pediu a palavra a eleita Sónia Ramos, solicitando à Sra. Presidente da Câmara uma resposta mais esclarecedora sobre a questão colocada pelo eleito Manuel Coelho, pois como eleita neste órgão a sua função é fiscalizar a intervenção da Câmara.

Interveio de novo a Sra. Presidente da Câmara, afirmando que em data posterior à Assembleia Municipal, em que foi questionada sobre o mesmo assunto, foram feitos os acertos necessários, posteriormente apresentados em reunião de câmara e à data de hoje, as contas estão finalizadas.

Em resposta a esta intervenção da Sra. presidente da Câmara Municipal, a eleita Sónia Ramos solicitou que o executivo da Câmara Municipal apresente na próxima reunião de Assembleia Municipal os acertos e valores concretos que foram apresentados em reunião de câmara.

Interveio, logo após, o eleito Sr. Carlos Zorrinho, referindo que se aproximam as comemorações do quadragésimo aniversário do vinte e cinco de Abril, ainda que num quadro de grandes preocupações com o futuro do país. Prevendo que o Município estará a preparar, decerto, um conjunto de atividades alusivas a esta data, demonstrou alguma estranheza, porque ainda nenhum dos eleitos pelo Partido Socialista nem na Vereação nem na Assembleia Municipal, foram convidados a dar o seu contributo.

Considera que, uma vez que este governo corta financiamentos às regiões, corta projetos, para além das pensões, dos salários e porque as populações esperam que façamos algo mais pelo seu futuro, uma das formas de comemorar o vinte e cinco de Abril seria que todos, em conjunto, apresentassem projetos para financiamento, através da Câmara ou das Associações do concelho ou em parceria com a CIMAC, em prol do Município e dos Municípios.

Disse ainda o mesmo eleito, que a bancada do Partido Socialista está disponível para participar no Grupo de Trabalho, definido pela Câmara, que estará a elaborar as comemorações do vinte e cinco de Abril, neste concelho.

De seguida, interveio a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que foi convidada para participar numa reunião, enquanto Presidente deste organismo, que decorreu com as Associações Culturais e Juntas de Freguesia do Concelho.

Ainda sobre o mesmo assunto, pediu a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal, informando os presentes que foram convidados inicialmente as organizações de cariz cultural e popular e Juntas de Freguesia, mas que a recolha de ideias e contributos será alargada a outros agentes da comunidade.

Sobre a proposta apresentada pelo eleito Sr. Carlos Zorrinho, a Sra. Presidente do executivo afirmou que se aguarda pela informação, que irá ser prestada na próxima reunião do Conselho da Região, que terá ~~no~~ lugar no próximo dia dezassete de Fevereiro sobre o Acordo de Parceria e sobre a primeira Proposta do Programa Operacional Regional e após isso, irão ser colocadas à discussão, mais abrangente, quais as propostas específicas a ser apresentadas.

Interveio de novo o eleito Sr. Carlos Zorrinho, propondo ~~de~~ que fosse criado no âmbito da Assembleia Municipal um Grupo de Trabalho para acompanhamento das questões que envolvem as comemorações do vinte e cinco de Abril, composto por um elemento de cada força política representada.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia, colocou à discussão esta proposta.

Sobre esta proposta, pediu a palavra o eleito António Danado, considerando válida a proposta colocada, uma vez que a Assembleia, como órgão fiscalizador, será importante que também colabore com ideias para assinalar esta data.

Ainda sobre a mesma matéria, pediu para intervir o eleito Alexandre Pirata afirmando que, na sua opinião, não se deveria criar mais um Grupo de Trabalho, mas que o correto seria, que cada uma das forças políticas indicasse, com brevidade, qual o representante, que possa integrar o Grupo de trabalho já existente que está a coordenar esta iniciativa.

De novo no uso da palavra, o eleito Sr. Carlos Zorrinho, afirmou concordar plenamente com a intervenção do eleito anterior.

Interveio de seguida, o eleito José Grulha, para afirmar que também concorda com a proposta, no entanto, considera que o número de elementos que deverão constituir

esta comissão deverá ser definido de acordo com a representatividade de cada força política, nesta assembleia.

Sobre a mesma questão, a eleita Sra. Sónia Ramos afirmou que será a representante, em nome do PSD.

Pedi a palavra o eleito pelo CDS, afirmando que também será ele o representante do seu partido, ainda que não concorde com as afirmações do eleito José Grulha, quando se refere à representatividade do grupo.

Pedi para intervir, seguidamente, o eleito Guilherme Franco afirmando a importância cada vez maior destas celebrações, pois muitos dos jovens de hoje não sabem o que aconteceu nesta data, nem quais os ideais que são importantes não esquecer.

Interveio, logo após, o eleito Joaquim Galvão, afirmando que também não concorda com a intervenção do eleito Grulha, pois o que está em causa é a inclusão de mais quatro elementos no grupo de trabalho que já está a funcionar, de modo a que todos os partidos o possam integrar.

Para responder ao eleito Joaquim Galvão, pediu a palavra o eleito José Grulha para afirmar que nunca houve, da sua parte, intenção de colocar interesses partidários em qualquer das iniciativas a nível cívico que tem integrado ao longo da sua vida.

A Sra. Presidente da Assembleia disse entender e concordar com a posição defendida pelo eleito Sr. José Grulha.

De seguida, pediu novamente a palavra o eleito António Danado, afirmando que é necessário chegar-se a um consenso, uma vez que faltam apenas dois meses para a iniciativa. Concluiu esta questão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que pelo impedimento do regimento não poderá ser formalmente criado um Grupo de Trabalho, propondo que, ao ser convocada para uma próxima reunião sobre as comemorações do 25 de Abril, fará chegar o referido convite aos membros indicados, pelas forças políticas, no número proposto pelo eleito Sr. José Grulha. Não foram levantadas objeções a esta conclusão.

Interveio o eleito Joaquim Galvão, para dizer que como sindicalista, propõe também à Câmara Municipal dar o primeiro passo para que possa ser estabelecido um Acordo com todos os trabalhadores de forma a garantir a fixação das 35 horas de trabalho semanal.

Colocou ainda outra questão relacionada com uma proposta apresentada em reunião de Câmara de atribuição de um apoio financeiro à União dos Sindicatos do Distrito de Évora, a qual foi aprovada com três votos a favor da CDU, três votos contra do Partido Socialista e o voto de qualidade da Sra. Presidente da Câmara.

Considera, o mesmo eleito que os Sindicatos devem ter as suas verbas próprias e que as Câmaras devem subsidiar sim, as instituições do concelho que trazem benefício ao mesmo.

Encerrado, o período antes da ordem do dia, entrou-se no segundo ponto da ordem de trabalhos.

## 2º. Ponto – Proposta de Admissão de Pessoal

Acerca deste ponto, interveio a Sra. Presidente da Câmara para explicar de uma forma geral quais as razões para a apresentação destas propostas.

Relativamente às duas primeiras propostas (dezoito assistentes operacionais e sete Nadadores Salvadores, ambos destinados às Piscinas Recreativas), a Sra. Presidente

referiu que se trata de contratos a tempo determinado, apenas enquanto as Piscinas se encontram em funcionamento, como tem ocorrido em anos transatos.

Relativamente à proposta de um assistente operacional para o serviço de Cemitério, este justifica-se com uma necessidade concreta do referido Serviço.

Quanto à proposta apresentada para o Serviço de Higiene e Limpeza, são contratos com termo no final do ano e que têm por objetivo garantir a prestação de um serviço público na área da Higiene e Limpeza.

Relativamente à contratação de quatro motoristas, que serão afetos ao Serviço de Frota, esta necessidade tem a ver com a obrigatoriedade, por parte do Município, de assegurar os transportes escolares.

Quanto à última proposta apresentada (Coordenador - Oficina da Criança), a justificação tem a ver com o fato do anterior procedimento ter caducado, e por necessidade de garantir o funcionamento daquela estrutura.

E não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação cada uma das propostas.

2.1 – Assistentes Operacionais (18) / Piscinas Recreativas Municipais

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

2.2 – Assistentes Operacionais-Nadadores Salvadores (7) / Piscinas Recreativas Municipais.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

2.3 – Assistente Operacional (1) / Serviço de Cemitério

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

2.4 – Assistentes Operacionais (5) / Serviço de Higiene e Limpeza

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

2.5 – Assistentes Operacionais – motoristas (4) / Serviço de Frota

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

2.6 – Técnico Superior-Coordenador (1) / Oficina da Criança

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

### 3º. Ponto – QREN – Empréstimos – Quadro

Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que estava pendente ainda um processo de financiamento em curso, relacionado com o Centro Escolar, destinado a financiar a parte não comparticipada do financiamento do INALENTEJO e atendendo a que o Tribunal de Contas considera não ilegíveis as despesas que já tenham sido pagas à data de análise dos respetivos contratos, propondo-se que a Assembleia aprove o cancelamento do mesmo, tal como já aconteceu com outros processos anteriores.

A Sra. Presidente da Assembleia colocou em discussão o documento a que se refere o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos e não havendo intervenções, foi colocado à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos a favor da CDU e dez abstenções do PS, PSD E CDS.

### 4º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Sobre este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou que, para além da informação já documentada e enviada a todos os eleitos, queria informar que

decorreu, no dia de ontem, a assinatura do ACEEP com o STAL. Quando a lei das 40 horas surgiu a Câmara pronunciou-se contra, na medida em que esta Lei representa um retrocesso social, quanto aos direitos conquistados pelos trabalhadores.

Mas como o Município não se pode alhear do cumprimento da Lei, foi emitido um despacho nesse sentido. Alguns dias após, foi rececionada nos serviços da Câmara uma citação de uma providência cautelar interposta pelo Stal, que obrigava a repor as 35 horas semanais de trabalho. Foi, entretanto, iniciado um processo de negociações entre o Município e o Sindicato, com vista à assinatura de um Acordo de Entidade Empregadora Pública, o que veio a concretizar-se.

Ainda no uso da palavra, a Sra. Presidente em resposta à questão colocada sobre o apoio financeira à União dos Sindicatos, afirmou que o considera justo, no âmbito do objetivo pelo qual foi solicitado.

Pedi a palavra a eleita Sónia Ramos relativamente a este último assunto, considerou inaceitável a concessão do referido subsídio para os fins a que se destina.

Disse ainda que, de modo algum, as Câmaras Municipais devem subsidiar os sindicatos com o orçamento municipal. Em nome do PSD, informou ainda, que vai recorrer à lei, para averiguar sobre a legitimidade da atribuição deste subsídio.

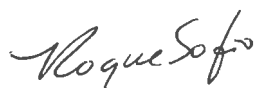
Ainda sobre a questão em discussão, pediu para intervir o eleito Sr. Carlos Zorrinho referindo desconhecer a possibilidade de uma entidade patronal, como a Câmara, poder financiar uma entidade sindical. De seguida, informou que a bancada do Partido Socialista irá entregar um requerimento solicitando à Câmara que informe sobre quais os subsídios atribuídos pelo executivo, nos últimos quatro anos, a entidades sindicais.

Interveio de seguida o eleito António Xavier, para afirmar que a atribuição deste subsídio, na sua opinião, viola vários princípios da boa gestão administrativa; considera também que não será legal este procedimento.

Foi seguidamente lida a minuta da ata e colocada à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

A Sra. Presidente deu a sessão por encerrada eram vinte e duas horas e quarenta e sete minutos.

A Presidente da Assembleia Municipal



Prof.ª. Vitalina Roque Sofio